

af ro

cidadanização

**ações afirmativas e trajetórias
de vida no Rio de Janeiro**

Reinaldo da Silva Guimarães

EDITORA
PUC
RIO

SELO
NEGRO

EDIÇÕES

AFROCIDADANIZAÇÃO

Ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro

Copyright © 2013 by Reinaldo da Silva Guimarães

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial Ltda.

Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225

Projeto Comunicar – casa Agência/Editora

22451-900 | Gávea – Rio de Janeiro, RJ

Telefax: (21) 3527-1760/1838

edpucrio@puc-rio.br

www.puc-rio.br/editorapucrio

Conselho Editorial PUC-Rio

Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann,

Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira, Paulo

Fernando Carneiro de Andrade.

Summus Editorial Ltda.

Rua Itapicuru, 613, 7º andar

05006-000 | Perdizes – São Paulo, SP

selonegro@selonegro.com.br

www.selonegro.com.br

Copidesque

Carlos Silveira Mendes Rosa

Revisão tipográfica

Débora de Castro Barros

Projeto gráfico de capa e miolo

Flávia da Matta Design

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita das Editoras.

Guimarães, Reinaldo da Silva

Afrocidadanização : ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro / Reinaldo da Silva Guimarães. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio ; São Paulo : Selo Negro, 2013.

208 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN (PUC-Rio) 978-85-8006-073-7

ISBN (Selo Negro) 978-85-87478-84-9

1. Relações raciais. 2. Programas de ação afirmativa na educação – Rio de Janeiro (RJ). 3. Cidadania. I. Título.

CDD: 305.8

Ação afirmativa é sair da inércia. Está fazendo ação afirmativa cada professor que decide dar um pouco do seu tempo às aulas dos cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes. Está fazendo ação afirmativa cada reitor, cada diretor de faculdade que analisa as falhas do sistema de cotas e encontra fórmulas para corrigi-las. Está fazendo ação afirmativa cada cidadão que abandona o conjunto de desculpas que nos paralisou por mais de um século e abre seus olhos, ouvidos e coração para entender o que os negros estão dizendo. Está fazendo ação afirmativa cada empresário que olha para seu quadro de funcionários, quase inteiramente branco, sua diretoria, inteiramente branca, e depois decide interrogar-se sobre que barreiras impedem os pretos e pardos de entrar ou ascender na sua empresa. Cada estudioso que duvida da ideologia que manteve as distâncias sociais e investiga números e evidências por trás da realidade do Brasil, cada cidadão que não se conforma, que não aceita as rotas desculpas de sempre está ajudando a quebrar a inércia que nos aprisiona há tanto tempo.

Miriam Leitão, 2004, p. 215.

Sumário

Prefácio > 9

Elisa Larkin Nascimento

Apresentação > 13

Denise Pini Rosalem da Fonseca

1. E depois do “sucesso”? > 17

Depois do meu “sucesso” > 25

Dois processos centrais > 34

Sete capítulos e um conjunto de “sucessos” > 36

2. Da construção à afirmação das identidades raciais > 41

Construção de identidades raciais > 42

“Raça” e “racismo” como estruturas de distinção e poder > 51

Identidade e reconhecimento > 67

3. Da “cidadania” à “afrocidadanização” > 75

Capitais e *habitus* > 75

Cidadania como estratégia de luta > 86

Ações afirmativas como instrumentos de afrocidadanização > 91

PVNC: ação social como ação societária > 100

4. Os “bem-sucedidos”: bolsistas formados da PUC-Rio > 109

A população estudada: documentos e escolhas da pesquisa > 112

A seleção dos entrevistados: projetos e processos > 113

○ *locus* de origem > 120

○ *locus* na PUC > 124

5. O que faz com que sejamos melhores hoje? > 127

As entrevistas: 14 histórias de superação > 128

Os entrevistados: uma amostra de “sucessos” > 133

A dinâmica das autoidentificações raciais > 149

6. Você ajuda as pessoas a começar a sonhar > 163

O mercado de trabalho e a população negra > 164

É estudando que a gente consegue! > 168

Isso é normal? > 172

O efeito multiplicador: as transformações materiais e simbólicas > 182

O efeito multiplicador: a participação comunitária > 191

7. Depois do “sucesso”: algumas conclusões > 195

Referências bibliográficas > 203

Prefácio

A política da boa-fé

Este livro vem marcar um momento positivo na vida brasileira: o da progressiva ampliação de uma consciência de boa-fé nas relações raciais. A sociedade está se acostumando com o princípio das ações afirmativas. Tal momento seria apenas mais um nó no emaranhado de enganos que embaraça a questão racial, não fosse a crescente presença da voz própria daqueles que são os tradicionais alvos da discriminação e do preconceito. O trabalho de Reinaldo Guimarães surge como expressão dessa voz.

Ao publicar este texto, a PUC-Rio e a Selo Negro Edições registram um depoimento valioso sobre a experiência de ação afirmativa. Embora a universidade evitasse caracterizá-la como pertencente ao campo das relações raciais, o livro evidencia a riqueza dessa dimensão, tanto no impacto positivo sobre a vida dos bolsistas, suas famílias e suas comunidades de origem como no ganho que a participação delas e deles agregou à vida universitária.

Essa dimensão racial continua sendo alvo de reticências, negações e rejeições – semelhantes àquela que a atitude da própria universidade comunica – em razão do hábito de ocultar o seu sentido social em favor de uma suposta e desgastada acepção biológica. A questão do racismo passa, então, a ser objeto de um discurso dominante, cuja voz e cujo alcance reverberam ampliados em poderosos órgãos da mídia escrita, falada, televisiva e eletrônica. Tal discurso se assenta sobre uma postura de má-fé intelectual, mobilizando a boa vontade da popula-

ção, que quer se afirmar antirracista, com base em uma falsa oposição entre supostos democratas, que não aceitariam “criar divisões” com base em critérios genéticos, e supostos racistas que advogam ações afirmativas. A única hipótese alternativa à da má-fé seria a de seus enunciadores não lerem ou não entenderem os textos daqueles que criticam. Desde a década dos 1950, por exemplo, Abdias Nascimento (1980, p. 270) afirmava: O vocábulo “raça”, no sentido aqui empregado, tem exclusiva acepção histórico-cultural. Raça biologicamente pura não existe e nunca existiu.

Com este livro, a PUC-Rio e a Selo Negro Edições nos brindam com mais um depoimento que se agrega ao conjunto de testemunhos que ratificam a ação afirmativa como política da boa-fé. Acompanhando os resultados do programa de acesso à universidade por meio da trajetória profissional de pessoas que dele usufruíram, o estudo revela os benefícios trazidos aos bolsistas, às famílias e às comunidades. O efeito multiplicador é objetivo – trazendo melhorias materiais às famílias e ações sociais às comunidades – e subjetivo – ao criar referências inspiradoras de autoestima e confiança para grupos e indivíduos que prosseguem na busca de oportunidades. A boa-fé dos bolsistas está comprovada quando constatamos, com o autor, que a quase totalidade dos entrevistados, e principalmente aqueles que se declararam negros, pautaram sua vida acadêmica e profissional não apenas no desejo de transformar a própria realidade material e cultural, mas também de contribuir para transformar a realidade da sua comunidade. [...] Transformaram educação em valor familiar e comunitário, e desse “valor” extraem outros valores, éticos e estéticos, para as suas comunidades.

A obra revela assim o mérito acadêmico dos alunos bolsistas, contradizendo os maus presságios daqueles que costumam alegar, contra

as políticas afirmativas, o “perigo” de se baixar o nível acadêmico da universidade ou de se promoverem pessoas sem “mérito”. O estudo da trajetória desses indivíduos demonstra, de forma exemplar, o elevado mérito de quem supera inúmeros obstáculos, ao contrário de um imaginário desfrutador de privilégios concedidos. E comprova, ainda, a persistência de obstáculos raciais a ser superados no caminho de quem conseguiu se inserir no mercado de trabalho. O diploma de graduação não garante uma inserção não subalternizada. Nesse particular, a condição racial influi bastante.

Tive a honra de acompanhar parte da trajetória do autor, quando ele contribuiu de forma efetiva e elegante com os trabalhos do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), em parceria com a PUC-Rio, no início do processo de organização e tratamento técnico do acervo de Abdias Nascimento. Pude testemunhar o desempenho, a dedicação e a seriedade dos alunos bolsistas que atuaram na monitoria da exposição artística e histórica comemorativa dos 90 anos de Abdias Nascimento, que o Ipeafro realizou nas dependências do Arquivo Nacional nos anos de 2004 e 2005 (antes, nossa “minimostra” ocupava o espaço do Solar Grandjean de Montigny, centro cultural da PUC-Rio). E tive o prazer de acompanhar, desde a sua fundação, o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema), em que os alunos da PUC desenvolvem suas abordagens e atividades. Todas essas experiências me autorizam a testemunhar a grande conquista das políticas acadêmicas e sociais da PUC-Rio no campo racial: a construção, entre bolsistas e não bolsistas, de uma política e de uma prática da boa-fé.

Elisa Larkin Nascimento

Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro)

Apresentação

O livro que ora se apresenta, em sua primeira versão, foi produto de quatro anos de uma pesquisa desenvolvida pelo autor no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Defendido em maio de 2007 como tese de doutorado, sob o título *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra*, aquele trabalho tinha como objetivo central descrever e interpretar o que ocorrera com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede, beneficiários das bolsas de ação social – programa de ações afirmativas da PUC-Rio – após sua graduação.

Trocando em miúdos, o que interessava ao autor era dar visibilidade ao peso do racismo no mercado de trabalho brasileiro, uma vez superada a histórica barreira da formação acadêmica pelos negros brasileiros.

O autor assumia que o racismo existia – e existe – em todas as esferas da vida nacional – instituído e institucionalizado – e desejava dar como contribuição à luta antirracismo brasileira um saber oxigenado sobre suas estruturas de funcionamento. Naquele contexto, esta constituiu uma produção pioneira na academia brasileira, por várias razões.

Inicialmente, porque a oportunidade era histórica. Embora o debate nacional sobre as ações afirmativas no ensino superior brasileiro já houvesse começado, a partir da implementação da Lei Estadual n. 4.151/2003 do Rio de Janeiro, ainda era muito cedo para que se

pudessem aferir seus resultados no mercado de trabalho qualificado, posto que a formação acadêmica tinha, no mínimo, quatro anos de duração.

Nesse contexto, no começo dos anos 2000 apenas a PUC-Rio já graduara mais de mil beneficiários de um programa próprio de ações afirmativas que contava, então, uma década de existência. Esta era, portanto, a única instituição de ensino superior no Brasil que poderia acompanhar seus egressos, membros da população negra e educados por uma casa de primeira linha, para conhecer o desenvolvimento de seu percurso profissional, inter cruzando excelência acadêmico-técnica, extração socioeconômica e pertença racial. Somente na intersecção desses três elementos seria possível desarticular muitos dos, aparentemente, blindados argumentos racistas, de concepções meritocráticas ou tecnicistas, relativos às boas – e às melhores – oportunidades no mercado de trabalho, a exemplo de outras expressões do funcionamento da nossa hierarquia sociorracial.

Em segundo lugar, a novidade desta obra residia no fato de que ela focalizava formas institucionalizadas do exercício do racismo no Brasil no espaço do mercado de trabalho, novamente assumindo a dianteira no nascente debate sobre racismo e instituições brasileiras, de 2003 em diante. A acalorada discussão pública de então, sobre a constitucionalidade, eficiência, justiça e tantas outras formas de aproximação do tema das cotas – utilizadas como sinônimo de ações afirmativas – nas universidades públicas e privadas, por seu conteúdo revelador das entranhas do racismo à brasileira, não deixava espaço para que a sociedade visualizasse a dimensão estrutural – e estruturante – do racismo em nossas relações socioeconômicas em outras esferas. Nesse contexto, o debate sobre racismo institucional se focava na vida acadêmica e o horizonte do mercado de trabalho ainda nem se colocava nessa seara.

No campo do serviço social brasileiro, área das ciências sociais aplicadas na qual este trabalho foi desenvolvido, podemos afirmar que

ele constitui um dos primeiros estudos no qual, individualmente, os temas da negação dos direitos de cidadania para a população negra brasileira, das ações afirmativas em instituições de ensino superior e do racismo institucional se colocaram. E, sem temer injustiças, podemos sustentar que este foi, definitivamente, o trabalho pioneiro da área a conjugar esses três temas.

E o caráter iniciático desta obra se confirmou no próprio fato de que ter sido a primeira tese defendida no Programa de Doutorado em Serviço Social da PUC-Rio, ajudando a consolidar o próprio programa e contribuindo fortemente para estabelecer uma das preocupações centrais da linha de pesquisa na qual estava inscrito: a luta antirracismo no Brasil. Além disso, um dos temas aqui em estudo – as ações afirmativas nas instituições de ensino superior – deu novo sentido à área de assistência estudantil nos últimos anos, sendo hoje um assunto que merece reflexão atenta de alguns dos mais prestigiosos programas de pós-graduação em Serviço Social do país.

Questionando-se permanentemente sobre o sentido da cidadania, que percebia como negada aos membros da população negra brasileira, o autor acabou por forjar um novo conceito: *afrocidadanização*. Processo por natureza, devir em concepção. Temeu tornar-se “branco virtual” e desejou “denigrir-se”, ou seja: “tornar-se negro”, mas sem buscar fazer de seu credo doutrina para outros. Foi – e é – um militante antirracismo, evitando posições extremas que mais separam do que promovem diálogos profícuos.

Quando eu o conheci, ele era egresso do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, havendo sido beneficiário das bolsas de ação social da casa. Mais: já havia concluído o mestrado em Sociologia no prestigioso Instituto de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj).

Era negro e trabalhava na roleta da entrada da biblioteca da PUC-Rio, casa da qual fora funcionário desde antes de toda essa

história. Não resta dúvida sobre a motivação para o seu projeto de pesquisa doutoral.

Sem deixar de fazer parte da ala de compositores da sua escola de samba do coração, de trabalhar em ocupações muito aquém da sua capacitação para sustentar materialmente uma família grande, dando exemplo de dignidade, e de estudar muito para superar as lacunas deixadas por uma educação formal precária em seus anos estruturantes, o autor desta obra foi lapidando seu objeto de estudo como quem recebe da vida um tesouro em estado bruto e extrai dele uma delicada criação.

Mais do que uma explicação sobre *afrocidadanização*, o que há nesta obra é um roteiro, um plano de percurso a ser conhecido por aqueles que desejam contribuir com a construção de um devir de relações raciais mais equânimes, mais dignas e mais compassivas entre nós. Tarefa longamente devida por todos os brasileiros.

Denise Pini Rosalem da Fonseca

Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

Capítulo 1

E depois do “sucesso”?

No começo dos anos 2000, um importante escritório de advocacia da cidade do Rio de Janeiro entrou em contato com a PUC-Rio para solicitar que a instituição indicasse o nome de um bom estudante de Direito que pudesse ser contratado para uma posição inicial aberta em seus quadros profissionais. Atendendo a essa solicitação, o Decanato do CCS escolheu um dos seus melhores estudantes e o orientou a dirigir-se ao referido escritório levando o seu currículo, o que foi feito prontamente. Ao ali chegar, o estudante se apresentou à recepção, entregando um envelope contendo os seus documentos. Ao se retirar, percebeu que não havia colocado no currículo o número do seu telefone celular para contato posterior, voltando à recepção para incluir essa informação no material entregue. Ao receber o documento de volta, o estudante constatou que no topo dele havia sido escrita a palavra “mulato”. O jovem então substituiu “mulato” por “negro”, anotou o número de telefone e devolveu o envelope ao balcão de recepção. A identidade do jovem negro será mantida em segredo, mas o que importa saber é que, pelo menos naquele momento, ele não foi selecionado para a posição oferecida.

Por razões que excedem o interesse desta obra, nas entrevistas que realizei com estudantes egressos da PUC-Rio, esse indivíduo não pôde ser incluído, porém não faltam outros exemplos igualmente significativos para o que pretendo discutir com base nesse caso. Entre eles, o depoimento de outra profissional negra, também formada em Direito